

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Liberal

CLASS. : Miner. Empresas

DATA : 27.9.84

PG. : 04

Deputado afirma que o dique do Lago do Batata pode romper

Num discurso feito no grande expediente de ontem, da Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Gabriel Guerreiro do PMDB, disse que há uma ameaça iminente de romper o dique natural do Lago do Batata, na região do Trombetas, onde a Mineração Rio do Norte, que ali explora a bauxita, vem despejando anualmente — conforme assegurou o parlamentar — cerca de 1 milhão e 200 mil metros cúbicos de lama, proveniente dos serviços de extração do minério.

“Eu tenho conhecimento de que o Dique natural do Lago do Batata já rachado e ameaça o rio Trombetas. Se houver o rompimento, haverá um desastre ecológico de proporções gravíssimas. E isto é um crime que se comete contra o Estado do Pará, contra o Brasil e contra a humanidade. Estarei viajando esta semana para aquele local para verificar os fatos”, disse o deputado peemedebista.

Material sólido

Assegurou Gabriel Guerreiro que a quantidade de material sólido que é atirado no referido Lago juntamente com a lama, faz com que a densidade aumente consideravelmente. Afirmou Gabriel Guerreiro que a Mineração Rio do Norte não conseguirá mais reverter esta situação, que ele considerou de extremo perigo.

Num pronunciamento contundente, Gabriel Guerreiro questionou, da tribuna, se são efeitos como este que os grandes projetos instalados na Amazônia pretendem trazer em be-

nefício da população de todos os habitantes da região. Disse o deputado que foi o próprio presidente da Companhia Vale do Rio Doce, num encontro havido em Belém, há não muito tempo quem afirmou de viva voz que o projeto elaborado pela Mineração Rio do Norte para extrair a bauxita da região do Trombetas — no município de Oriximiná — está fadado a dar prejuízo, como de fato vem dando — conforme informou o deputado.

Lucros “manipulados”

Se há lucros nos balanços da Mineração Rio do Norte, acusou o deputado peemedebista, é porque tais “balanços são manipulados”. Gabriel Guerreiro também garantiu que a Mineração Rio do Norte, atualmente, emprega um total de 20% dos custos do projeto somente para utilização do óleo diesel no processo empregado para lavar a bauxita. Por seu turno — disse o parlamentar — a Alcan, uma poderosa multinacional do Alumínio, ainda que só tenha 19% do capital aplicado na Mineração Rio do Norte, tem força suficiente para controlar toda a produção.

Índios

Antes de fazer a denúncia, o deputado Gabriel Guerreiro solidarizou-se integralmente com a manifestação dos antropólogos paraenses, expressada na semana passada através da Imprensa, contra o decreto federal que abre as reservas indígenas para a

mineração.

Este decreto e a portaria que o regulamentou representam o fim das reservas indígenas”, previu o parlamentar, para ressaltar que também deve ser este o pensamento da APGAM — Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia, bem como das empresas estatais que atuam no setor de exploração de minérios.

Neste sentido, o deputado Gabriel Guerreiro, reportando-se à entrevista prestada a O LIBERAL pelo chefe do Distrito Amazônia da Docegeo — uma das subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce — Brenio Augusto dos Santos, revelou que ainda quando ele, Guerreiro, trabalhava como geólogo na Docegeo, essa empresa já se manifestara expressamente contra qualquer tentativa do Governo Federal, de permitir que houvesse a exploração de minérios nas áreas indígenas. “Há relatórios da Docegeo propondo que se faça exatamente o contrário”, afirmou o deputado.

Em aparte a Guerreiro, o líder do PMDB, deputado Romero Ximenes, também vislumbrou o perigo que o decreto federal poderá trazer para as populações indígenas, que habitam áreas de terra onde há reservas minerais. Frisou Ximenes que o índio se mostra extremamente suscetível de se contaminar pelas doenças dos “brancos”, como por exemplo, o sarampo e gripe. E neste casos — disse o deputado — uma simples epidemia de gripe pode dizimar dezenas de índios em um curto espaço de tempo.